

# Conceição Evaristo homenageia Angela Davis na abertura do Encontro Nacional de Mulheres Negras

*A poeta leu um texto que escreveu em 2017, inspirada em circunstâncias de afetividades entre ela e a líder estadunidense ao longo dos últimos anos*

[\(Encontro Nacional de Mulheres Negras, 10/12/2018 – acesse no site de origem\)](#)

A escritora e ensaísta Conceição Evaristo proporcionou um momento de intensa emoção na solenidade de abertura do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Mundo. Evaristo leu trecho de um texto que escreveu, por solicitação do suplemento Ilustríssima, da Folha de São Paulo, discorrendo algo que lhe trouxesse a memória de uma situação ou alguma pessoa marcante em sua vida, em sua juventude. E contou: “Angela Davis, lições para uma vida inteira.



É de longa data a experimentação e a confirmação de que ‘black is power, ‘is beautiful’ em minha cabeça e mente. Desde a minha juventude, ainda nos anos 70, na época, fui ganhando coragem e certeza para enfrentar os deboches dos estranhos, e a censura das pessoas mais próximas, ao me livrar do sacrifício de alisamento de meus cabelos. As meninas e jovens negras como eu, em tempos passados, não dispunham de qualquer indústria e de cuidados específicos para as nossas peles e cabelos. Seguíamos, então, com as nossas belezas modificadas no sacrifício do ferro quente de alisar cabelos. Conheci bem esse ingrato e doloroso tempo, que ainda não se desfez por completo. Foi então, que me surgiu Angela Davis, com a sua vasta cabelereira, símbolo de sua beleza e coragem.

Não me recordo exatamente como tomei conhecimento da existência dessa diva participante dos Panteras negras, da luta dos negros estadunidenses pelos direitos civis. Eu era uma jovem negra, moradora de uma favela belorizontina e tinha a militante afro-americana como minha ‘ídala’. Creio que recebi as primeiras informações sobre a luta dos direitos civis para os negros dos Estados Unidos do meu tio. Penso que foi ele também, Osvaldo Catarino Evaristo, que, primeiramente, me falou de Luther King, Carl Max, Malcom X e dos africanos Patrice Lumumba, Nelson Mandela e da cantora Mirian Makeba. Lembro de que, nas paredes caiadas de branco do meu pequeno quarto na casa da minha tia, rostos e gestos dessas pessoas sobressaíam moldando meus sonhos esperançosos de um futuro diferente. Quando eu

contemplava a imagem de Angela Davis, com um enorme black power, o punho cerrado para cima, me fortalecia na audácia e na verdade daqueles gestos desenhados diante de mim. E fui assumindo a coroa armada de meu cabelo.

E como o tempo é circular, depois de tantas vindas de Angela Davis ao Brasil, em 2014, conheci, pessoalmente, essa minha contemporânea que me inspira tanto. Em Brasília, no Latinidades, na ocasião em que ela proferiu a conferência 'Femininos negros e as lutas cordiais por equidade, tive a oportunidade de presenteá-la com a versão em língua inglesa, do romance Ponciá Vicêncio, de minha autoria. Pude também confidenciar a minha admiração desde cedo por ela. Confidência que foi feita muito mais por gesto do que por palavras. Meus conhecimentos do idioma inglês são apenas rudimentares. Enquanto uma amiga, Jurema Werneck, ia traduzindo parte de meu sentimento por estar, frente a frente, com a maior influenciadora ideológica de minha juventude, eu me perdia na contemplação do rosto dela. E percebia a atenção com que ela ouvia a fala de nossa intérprete, que apontava o meu cabelo, ainda black power, apenas amarrado, e que é uma lembrança da nossa juventude. A juventude aguerrida de Angela Davis desfilava diante de mim. O compromisso de sua luta, ao longo do tempo, pela dignidade, pela liberdade dos afro-americanos, notadamente, pelas mulheres, construía em mim, o discurso que eu não conseguia dizer e, muito menos, agora. A minha quase mudez era o efeito, muito mais, da emoção que eu experimentava e experimento diante dela, do que pela barreira da língua. Quando ela acolheu o meu desejo de abraço e o pedido de foto ao lado dela, consegui dizer bem baixinho, somente isso: "Muito obrigado, 'my sister'."

## **O Encontro**

O Encontro nacional de Mulheres Negras foi organizado por entidades do movimento social de mulheres negras. Desde março deste ano, ativistas do campo e da cidade, das periferias, quilombolas, religiosas de matriz africana, trabalhadoras domésticas, jovens e de todas as idades, se organizaram para a atividade em Goiânia. Elas se mobilizaram pela ampliação de parcerias e redes de fortalecimento, pela manutenção e conquista de direitos e pela convergência de esforços no embate a todas as formas de opressão e submissão da mulher negra no Brasil.

As mulheres negras no Brasil são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das suas famílias e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas, segundo o [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

*Por Juci Machado*

---

## **[Goiânia recebe delegações de Mulheres Negras vindas de todas as regiões do](#)**

# Brasil

O Encontro Nacional de Mulheres Negras-30 anos, que iniciou, no dia 6 de dezembro, conta com aproximadamente mil ativistas de todas as regiões do país.

[\(Encontro Nacional de Mulheres Negras, 08/12/2018 – acesse no site de origem\)](#)

Grupos de mulheres já chegaram e estão escurecendo lindamente os espaços do Centro de Convenções da PUC Goiás onde as atividades irão acontecer até o dia 10 de dezembro.

Roseli Rosa de Souza viajou 12 horas com a delegação de Minas Gerais/BH e conta o que espera do evento: “Estou muito feliz e tenho certeza que teremos um ótimo encontro que possibilitará a troca de vivências e saberes, pois nossos passos vem de longe e o momento agora eh de resistência”, fala Roseli.

O primeiro dia de atividade contou com momentos incríveis como, por exemplo, a chegada das delegações que garantiram um festival de diversidade visivelmente observado nas diferentes cores, culturas e sotaques de todas as regiões do país.

Durante o Encontro de Mulheres Negras+30 anos, estão previstas muitas atividades, além das mesas e oficinas, haverá espaço de saúde e uma grande feira com produtos de afroempreendedores.

O momento mais esperado por todas foi a participação de Ângela Davis, ativista dos movimentos sociais, na mesa de abertura oficial do evento.



Acompanhe todas as novidades pelas nossas redes sociais e não perca nenhum detalhe desse momento histórico de organização das mulheres negras. #ENMN+30

#mulheresnegrasmovembrasil #mulheresnegrasmvemomundo

Por: Renata Lopes

---

## **Angela Davis confirma participação no Encontro Nacional de Mulheres Negras em Goiânia**

A ativista estadunidense participará da abertura do evento e de mesas de debates que serão instaladas até domingo (09/12)

Angela Yvone Davis, filósofa e ícone da luta pelos direitos civis nos EUA e no mundo, é presença garantida no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos, que acontece em Goiânia, de 6 a 9 de dezembro. Para Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Na capital de Goiás, serão mais de mil ativistas negras mobilizadas em torno dos debates norteados pelo slogan ‘Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver - Mulheres Negras Movem o Brasil’.

Professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia, Davis trará contribuições importantes às reflexões propostas para o Encontro. Davis traz para o encontro sua expertise, suas vivências, pesquisas e a própria história de vida, para contribuir com as reflexões das mulheres negras brasileiras pela manutenção e conquista de direitos e pela convergência de esforços no embate a todas as formas de opressão e submissão do segmento. Uma das participações mais esperadas, a ativista estará na abertura, dia 6, e em debates que serão instalados até domingo (9/12).

Autora de vários livros, entre os quais “Mulheres, Cultura e Política” e “Mulheres, Raça e Classe”, Angela Davis tem a obra marcada por um pensamento que visa romper com assimetrias sociais. Ela defende a necessidade de refletir sobre as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe”, diz.

Angela Davis integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, tendo sido candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Atuou próxima ao Black Panther Party (Partido Panteras Negras), foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha Free Angela davis (Libertem Angela Davis).

O Encontro - A atividade em Goiânia é um conagraçamento pelos 30 anos de realização do I Encontro na cidade de Valença, Rio de Janeiro. É, também, uma oportunidade de reafirmação da autonomia das mulheres negras do campo e da cidade, das periferias, quilombolas, religiosas de matriz africana, trabalhadoras domésticas, jovens e de todas as idades. O Encontro foi aprovado, por aclamação, pelas organizações de mulheres negras participantes do

Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 Anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em março deste ano, no âmbito do 13º Fórum Social Mundial em Salvador, Bahia.

Desde março deste ano, as ativistas estão realizando atividades prévias nos seus estados e atualizando a leitura de como estão os seus direitos nos lugares onde vivem e em todo o país. O enfrentamento das violências urbanas, a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, o embate ao epistemicídio acadêmico são tópicos propostos pelas lideranças das cinco regiões do Brasil para o Encontro de Goiânia. Também será debatido o acirramento do racismo, o aprofundamento das desigualdades e a concentração de riquezas, feminicídio de mulheres negras, assassinato de jovens negros e negras, encarceramento e precarização do trabalho.

## SERVIÇO

O que: Angela Davis no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver - Mulheres Negras Movem o Brasil

Quando: 06 a 09 de dezembro de 2018

Onde: Goiânia - Goiás - Centro de Convenções da PUC TV

*Por Ascom Encontro*

---

# [Mil mulheres negras reúnem-se em Goiânia em encontro nacional](#)

Programação do evento discute violência, bem viver e estratégias de enfrentamento ao racismo

[\(Brasil de Fato , 05/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mulheres negras de todo o Brasil se encontram de 6 a 9 de dezembro, em Goiânia (GO), em evento marca os 30 anos do primeiro encontro, 1988, em que mulheres do movimento negro se uniram para discutir formas de enfrentar a violência e a opressão que cerca a vida das mulheres.

Saiba mais:

[Programação do Encontro Nacional de Mulheres Negras 2018](#)

[Ângela Davis participa de Encontro Nacional de Mulheres Negras em Goiânia \(Jornal Opção, 03/12/2018\)](#)

Eliane Dias, da Rede Afro LGBT e da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, conta que a realização desse encontro é necessária para fortalecer as organizações de mulheres negras no neste período após a eleição de Jair Bolsonaro (PSL).

“Vai ser a primeira grande mobilização popular pós período eleitoral. Apesar de não ter tido ainda a chegada do novo governo, a gente já sente na pele os efeitos. As mulheres pretas, principalmente, já vivem em ambientes hostis, de ameaça, de perigo, mas de muita resistência.

Além disso, a partir do encontro, vamos ter um norte para algumas décadas de luta, vamos sair de lá com estratégias de enfrentamento”, explica.



*Encontro Estadual de Mulheres Negras de Minas Gerais aconteceu em setembro deste ano (Foto: Helen Lagares)*

No estado de Minas Gerais, as mulheres negras se preparam desde o início do ano para participar do evento. São 80 delegadas, entre LBTs (lésbicas, bissexuais e transexuais), quilombolas, religiosas de matriz africana, atingidas por barragem, pesquisadoras e trabalhadoras de políticas públicas. “O grande desejo das nossas mulheres negras mineiras é de que suas questões sejam debatidas, de que ações efetivas se deem no campo das políticas públicas”, Cris Ribeiro, que também é integrante da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais.

A programação conta com feiras, apresentações culturais, oficinas, palestras e rodas de conversa com temas diversos, como saúde, religiosidade afro-brasileira, encarceramento em massa e desafios e perspectivas do movimento de mulheres. A filósofa e escritora Sueli Carneiro, a escritora Conceição Evaristo e filósofa e militante estadunidense Angela Davis têm presenças confirmadas.

*Por Larissa Costa*

---

## **A Relação entre Racismo e Violência de Gênero - SP/SP, 30/11/2018**

No âmbito da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e da Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa, a equipe técnica da Vara de Violência Doméstica do Fórum da Penha convida para palestra aberta ao público que será proferida pela advogada Claudia Luna, diretora executiva da Elas por Elas.

**Data e horário:** 30/11, às 13h30

**Local:** Anfiteatro do Fórum da Penha - Rua Dr. João Ribeiro, 433 - 2º andar

# A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

CLAUDIA PATRICIA LUNA

Advogada e diretora executiva da *Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres*, pós-graduada em Direitos Difusos e Coletivos, Previdenciário e Acidentário, integrou o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo

13H30  
**30/11**

ANFITEATRO DO FÓRUM DA PENHA  
Rua Dr. João Ribeiro, 433 – 2º andar  
*Aberto ao público. Participe!*

## + informações

[setortecnicojvdpenha@tjsp.jus.br](mailto:setortecnicojvdpenha@tjsp.jus.br)  
Tel: (11) 2093-6612 - Ramal 6308



16 DIAS DE ATIVISMO  
PELO FIM DA VIOLÊNCIA  
CONTRA AS MULHERES

 Paz em Casa  
26 a 30 de novembro

organização  
Equipe Técnica da Vara de Violência  
Doméstica do Fórum da Penha



# **Caminhada Maria Bonita marca o Dia de Combate à Violência contra a Mulher em São Paulo**

*Na manhã deste domingo (25), em São Paulo, a Unibes promoveu a segunda edição da Caminhada Maria Bonita em parceria com o comitê de Combate à Violência Contra a Mulher do Grupo de Mulheres do Brasil. O evento atraiu homens, mulheres e crianças que andaram desde a sede do Unibes Cultural, na rua Oscar Freire, até a Avenida Paulista.*

[\(Universa, 25/11/2018 – acesse no site de origem\)](#)

A caminhada aconteceu exatamente no Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, e foi uma das iniciativas propostas para a campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Dra. Raquel Preto, advogada e líder do Comitê de Combate à Violência contra a Mulher do Grupo Mulheres pelo Brasil, comentou que, diferente da edição de 2017, que aconteceu no Parque Ibirapuera (SP), o grupo decidiu levar o ativismo para as ruas. “Nós sentimos que a cidade precisa sentir o impacto, a população precisa visualizar esse tema e esta caminhada precisava estar dentro do contexto do espaço urbano da cidade de São Paulo. A ocupação do espaço urbano com o compartilhamento das mensagens de conscientização seria mais forte”, diz.

Usando camisetas laranjas, cor proposta pela ONU para a data internacional, Dra. Preto afirmou que a caminhada foi “energética, reunimos cerca de centenas de pessoas e houve muito engajamento, com mulheres vindo de outros lugares de São Paulo, para participar da caminhada”. Ela atribui uma maior participação do público feminino pela empatia que o tema causa. “As mulheres acabam se engajando mais, infelizmente, porque elas sentem mais na pele as formas de violência, e há um interesse maior. Acho que estamos conseguindo romper uma barreira cultural sobre este assunto. Nada justifica a violência. É evidente que nenhum ser humano merece apanhar ou ser morto, muito menos merece uma mulher”, pensa. Durante a caminhada, relata, o grupo recebeu acenos de carros que passavam por eles.

Em relação aos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra mulheres, a Dra. Preto conta que a caminhada foi a primeira iniciativa da campanha, “que também aconteceu em outros núcleos do país, como em Franca (SP), Salvador (BA) e João Pessoa”. Ao longo dos próximos dias, mais ações acontecerão em todos os Estados, por meio de mídias sociais, peças de teatro e campanhas audiovisuais. “Não há um dia neste país que nós não saibamos, ou pela mídia de grande porte, ou pelas mídias sociais ou amigos, de uma mulher que foi morta, ou estuprada, ou assediada em espaços públicos. E passam os anos e pouco se tem feito para o enfrentamento efetivo desta mazela crônica. É chegada a hora de darmos um basta.

Todos, sem exceção, num estado democrático de direito, devem enfrentar a violência contra a mulher, conclui.



---

# Movimento negro cobra implantação de lei que obriga ensino da história afro-brasileira nas escolas

*Na Comissão de Educação, debatedores também pediram aprovação de projeto que destina no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário para as candidaturas de afrodescendentes*

[\(Agência Câmara, 21/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (21), representantes do movimento negro cobraram a implementação da Lei [10.639/03](#), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio brasileiras. Para os debatedores, esse ensino é essencial para a superação da desigualdade racial e do racismo no Brasil.

Realizado a pedido do presidente do colegiado, deputado Danilo Cabral (PSB-PE), o debate tratou dos desafios para a promoção da igualdade racial na educação. Maura Cristina da Silva, do Fórum Nacional de Mulheres Negras do Brasil, ressaltou a dificuldade de implantação da lei de 2003. “Existe uma grande resistência dos profissionais da área de trabalhar a lei, e isso passa pela intolerância religiosa”, opinou.

[https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2018/11/ultimas\\_20181121\\_lh\\_igualda\\_de\\_racial\\_educacao.mp3](https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2018/11/ultimas_20181121_lh_igualda_de_racial_educacao.mp3)

Para ela, os estudantes precisam aprender, por exemplo, que existem muitos outros heróis brasileiros negros, além de Zumbi de Palmares. Ela citou, por exemplo, os heróis da Revolta de Búzios, que ocorreu no final do século XVIII e queria um governo democrático e o fim da escravidão. Maura também pediu a presença do hip hop entre as formas de artes, além de mais professores negros nas escolas. “Você não pode falar de uma dor que você não sente”, disse.

Maura Cristina ressaltou ainda a importância de existir material didático voltado para o ensino da cultura afro-brasileira. “Nossas crianças não se veem nos livros. Se as crianças não se verem nos livros, estaremos fingindo que estamos fazendo nosso trabalho”, avaliou.

## **Formação de professores**

Victor Nunes, subsecretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, defendeu a formação de professores para o ensino da história e cultura afro-brasileira e a garantia de recursos para implementar a Lei 10.639/03. Segundo Nunes, isso deve ser uma política de Estado, já que a população negra não pode depender da boa vontade de um ou outro governo.

“Queremos que o Estado brasileiro reconheça que explorou nossa mão de obra e faça uma reparação que seja efetiva para a nossa transformação”, disse. “Por exemplo, se 56% da população se autodeclara negra, que a gente garanta que este Parlamento tenha 56% de

deputados que a represente”, citou. O subsecretário defendeu a aprovação do projeto de lei do Senado (PL 8350/17) que destina no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário para as candidaturas de afrodescendentes.

### **Políticas de cotas**

Na audiência, diversos deputados, como Pedro Uczai (PT-SC), manifestaram preocupação com possíveis retrocessos na promoção da igualdade racial durante o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro - por exemplo, em relação à política de cotas raciais nas universidades. A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) acredita que as cotas já estão sendo “mortas por inanição”, por conta da falta de recursos para a assistência estudantil - programa que apoia a permanência de estudantes de baixa renda na universidade.

Bacelar (Pode-BA) destacou que pelo menos 10 ministros já foram anunciados pelo futuro presidente e nenhum é negro. Não havia parlamentares apoiadores do novo governo no debate.

Secretário de Promoção da Igualdade Racial de Paulista (PE), José Antônio Rufino elogiou, por sua vez, a composição da mesa de debates na Comissão de Educação, formada apenas por negros. Segundo ele, não raramente “brancos falam pelos pretos” em debates sobre igualdade racial e, na visão dele, quem deve falar sobre o tema é quem conhece e vive suas especificidades.

### **ÍNTEGRA DA PROPOSTA: [PL-8350/2017](#)**

*Reportagem - Lara Haje*

---

## **[Mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio e pela criminalização do aborto](#)**

*Participantes de seminário também mostram que as mulheres negras são as principais vítimas da violência doméstica e obstétrica e sofrem com o acesso desigual à Justiça*

*[\(Agência Câmara - 20/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)*

As mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio, pela criminalização do aborto, pela violência doméstica e obstétrica. Esses foram alguns dos problemas apontados no seminário “Mulheres Negras Movem o Brasil: visibilidade e oportunidade”, promovido na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (20), Dia da Consciência Negra.

“Entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras assassinadas em função da condição de gênero cresceu 54% enquanto o índice de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período”, ressaltou a deputada Erika Kokay (PT-DF).

Segundo ela, a violência doméstica atinge mais as mulheres negras, representando 58% das ligações ao Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher). Elas também são as mais afetadas pela mortalidade materna (56%) e pela violência obstétrica (65%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

### **Criminalização do aborto**

Já Charlene Borges, dos grupo de trabalho de mulheres e de políticas etnorraciais da Defensoria Pública da União, destacou que a criminalização do aborto afeta especialmente a mulher negra. “Elas são as mulheres que são efetivamente objeto da punição ou da persecução penal quando as denúncias são realizadas pelo sistema de saúde”, disse.

“Também são elas as mais afetadas pela ausência de oferta de política pública de saúde reprodutiva e de planejamento familiar”, completou. “O atendimento nas emergências, quando ocorre a prática do aborto inseguro clandestino, só ocorre porque não existe uma oferta de política de saúde para essa mulher”, acrescentou ainda.

### **Cerceamento de liberdade**

A especialista em Direitos Humanos Deise Benedito, por sua vez, chamou atenção para a falta de acesso à Justiça e aos direitos básicos pela população negra. “Ainda somos coisificados, ainda somos despossuídos de direitos, ainda somos aqueles que não merecem ser respeitados”, afirmou. “A abolição não foi concluída, não garantiu nenhum direito, não garantiu escola, saúde, moradia e terra”, complementou.

Segundo Deise, o cerceamento de liberdade ganhou novas metodologias, e os negros passaram do “ferro das senzalas aos ferros das grades das prisões”. “Basta ter a pele escura para ser preso. Basta estar com um guarda-chuva, em dia de chuva, para que você seja morto por confundirem um guarda-chuva com uma metralhadora”, disse.

A representante da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, a advogada Vera Araújo, acredita que a desigualdade racial no Brasil é sustentada pelo sistema de Justiça. Conforme ela, menos de 18% dos integrantes do Poder Judiciário são negros e a advocacia também é ostensivamente branca. “A advocacia brasileira sequer tem um censo sobre a presença de negros e não há registro de conselheiros da OAB ou presidentes da ordem negros”, mencionou.

### **Assassinatos de quilombolas**

Conforme Givânia Silva, da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola, o número de assassinato de quilombolas cresceu cerca de 350% entre 2016 e 2017 e esses casos não são investigados. Ela observou que, nos últimos 10 anos, o ano de 2017 foi o mais violento para as comunidades quilombolas de todo o Brasil

Para deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que propôs o evento, há retrocessos institucionais, como a não demarcação de terras quilombolas nos últimos anos e a reforma trabalhista, que, na visão dela, atinge mais as mulheres negras.

Promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com apoio da Secretaria da Mulher da Câmara, o seminário abre os “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” – campanha internacional que ocorre todos os anos, entre 25 de novembro e 10 de dezembro.

*Reportagem – Lara Haje*

---

# Justiça racial: sociedade e Estado em prol da igualdade, por Márcia Lima

*Por muito tempo, discriminação foi tema ignorado*

[\(Folha de S.Paulo, 20/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Celebramos nesta terça-feira (20) os 323 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Já existe no país uma tradição de promover, ao longo desta semana ou deste mês, reflexões sobre a questão racial.

Precisaríamos muito mais do que isso para avançarmos neste debate. Mesmo assim, é importante, neste dia, registrarmos as conquistas, os entraves e, acima de tudo, ficarmos atentos em relação ao futuro.

O cenário das desigualdades raciais no Brasil em suas amplas dimensões –acesso à educação, progressão escolar, emprego, rendimentos, violência racial, dentre outros– tem sido alterado em razão de três aspectos fundamentais: denúncia, pesquisa e ação estatal.

No campo da denúncia, as lutas contra a opressão racial são parte da [nossa história](#). As conquistas da população negra têm sido decisivamente marcadas pela resistência e denúncia de seu próprio povo do tratamento recebido pelo Estado e pela sociedade brasileira.

As rebeliões escravas, a formação dos quilombos, a imprensa negra, assim como a produção intelectual e artística dos negros brasileiros são alguns de muitos exemplos históricos do engajamento de negros e negras na demanda pela igualdade racial. Nenhuma conquista dos negros neste país ocorreu sem sua luta e participação.

Nas pesquisas acadêmicas são fartos os estudos sobre os efeitos da condição étnico-racial na composição das desigualdades. Há pelo menos oito décadas de acúmulo de investigações que buscam entender os entraves enfrentados pela população negra no processo de realização socioeconômica.

Pesquisas realizadas por acadêmicos negros e brancos, nacionais e estrangeiros, em diferentes instituições de ensino e pesquisa, constataam que ser negro altera as chances de mobilidade social, de realização educacional e dos seus rendimentos, independentemente da origem social.

Mesmo quando [quebram as barreiras educacionais](#), recebem salários desiguais. Vale ressaltar ainda que as desigualdades raciais não se restringem às dimensões medidas pelos tradicionais indicadores de educação e renda. As taxas de homicídios da população jovem, assim como as de feminicídio, são fortemente marcadas pela condição racial das vítimas. A violência no Brasil não é aleatória e afeta de forma desigual os negros do país, marcados pelos estereótipos raciais que colocam todo jovem negro sob suspeição.

No que concerne às políticas públicas, o processo de reconhecimento dessa agenda ocorreu recentemente e foi de curta duração. Durante muito tempo, o Estado brasileiro ignorou a

existência de desigualdade racial, deixando de tratar desse tema como um problema da sociedade brasileira. Mesmo com todas as limitações, a inclusão dessa questão na pauta estatal promoveu mudanças profundas no quadro das desigualdades raciais do país.

Em dez anos, quadruplicou a presença de negros no sistema de ensino superior, foram revistos os conteúdos didáticos sobre a história do negro no Brasil e teve início o reconhecimento dos territórios quilombolas. Hoje temos no Brasil uma geração de jovens negros mais escolarizados, que conhecem e têm orgulho da sua história e demandam por futuro mais igualitário.

A manutenção da igualdade racial deve ser meta de qualquer governo comprometido com o futuro do país, que tem mais de 50% de negros na sua população. Não é mimimi muito menos vitimismo. Trata-se de justiça.

*Márcia Lima é professora do Departamento de Sociologia da USP, pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e assessora do Geledés - Instituto da Mulher Negra*

---

## **Do parto à morte: como as mulheres negras enfrentam vida de violações**

*Altas taxas de mortalidade materna e homicídio, racismo institucional e assédio são fatores que marcam o público feminino negro no Brasil*

[\(R7 Notícias, 20/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Nascer e morrer são verbos mais dolorosos para mulheres negras. No momento do parto, 60% das **vítimas de mortalidade materna são negras**. Segundo dados do Ministério da Saúde, somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto, enquanto que entre as não negras esse número é de 46%. As estatísticas também mostram que mulheres negras são mais assassinadas. Nos últimos dez anos, a taxa de homicídio entre negras aumentou 15% enquanto que a de mulheres não negras diminuiu 8%. Entre o nascimento e a morte, porém, as mulheres negras enfrentam ainda **uma série de outras violações que vão da infância à vida adulta** e permeiam todas as esferas que se possa imaginar. “Você não precisa de anestesia porque é mais resistente”, “seu cabelo fica melhor preso”, “seu currículo é bom demais, mas infelizmente não foi dessa vez”. Frases como essas, ouvidas cotidianamente por mulheres negras revelam uma parte do racismo e da violência que suportam. A outra parte, mais velada, se transforma em números ou em batalhas pessoais.

“Você não precisa de anestesia porque é mais resistente”

Segundo Anielle Silva, irmã da vereadora assassinada em março desse ano no Rio de Janeiro, as violações têm início desde o momento da apresentação da mulher negra à sociedade. “As pessoas nos julgam já pelo olhar”, diz ela ao **R7**. “Já estudei em um colégio em que me pediram para não ir de cabelo solto, me mandaram usar algo para prender.” Ela lembra também que acompanhou a irmã no momento do parto em um hospital público e ouviu de uma das enfermeiras: “você vai aguentar porque é mais resistente.”

Demonstrações como essas são, segundo a diretora executiva do Instituto Identidades do Brasil, Luana Genot, manifestações baseadas em uma lógica colonial e escravocrata. “Trata-se de uma lógica de que a mulher negra deve estar duas ou três vezes mais preparada para enfrentar a sociedade”, diz. “O racismo é muito maior do que um insulto ou uma ofensa momentânea. É um sistema que opera de muitas formas, inclusive, de maneira institucional.”

## **Racismo no nascimento e na infância**

Entre mulheres negras, as principais causas de morte materna, no momento do parto, são decorrentes de hipertensão, hemorragia e infecções. O Ministério da Saúde recomenda, pelo menos, seis consultas médicas durante o pré-natal. A medida é cumprida por 74,5% das mulheres, 55,7% entre as negras e 54,2% entre as pardas. Os números escancaram as dificuldades enfrentadas por mulheres negras para acessar a saúde.

### **Leia mais: [Professora pede para criança de 4 anos prender ou alisar o cabelo](#)**

Passado o desafio de dar à luz, a mulher negra ainda tem de se preparar para a criação dos filhos em ambientes com possíveis manifestações de racismo. A criança negra é alvo de comentários discriminatórios por parte de colegas, professores ou ainda pior, das próprias instituições de ensino. Para a cientista social Luciana Bento, que escreve para um blog de maternidade para mulheres negras, é importante compartilhar experiências sobre as crianças dos filhos em ambientes racistas.

“Que não pensem que não existem bonecas pretas porque elas não são bonitas”  
Luciana Bento, cientista social

Em um de seus relatos, ela conta sobre quando adquiriu em um supermercado comum uma boneca negra. “Que as minhas filhas possam crescer encontrando com naturalidade brinquedos representativos, que não pensem sequer por um instante que não existem bonecas pretas porque elas não são bonitas.” No caso da criação dos meninos, Luciana afirma que a troca de experiência com outras mães negras é relevante pelo fato de serem a parcela da população mais vulnerável aos homicídios.

Luana também cuida da educação da pequena Alice, de oito meses, no que se refere às questões de gênero e raça. “Tenho me preocupado em comprar uma boneca preta, mostrar referências de pessoas negras”, diz. “Ela precisa ter essas referências desde o princípio para que lute contra manifestações racistas que vão acontecer.”

## **Dificuldades na educação e no mercado de trabalho**

Ainda que as cotas para negros em universidades públicas tenham transformado o acesso à educação para essa parcela da sociedade, a desigualdade no país ainda é gigantesca. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é 2,3 vezes maior do que o de pretas ou pardas. Enquanto o índice do primeiro grupo é de 23,5%, o do segundo é de 10,4%.

O acesso à educação e ao mercado de trabalho por mulheres negras é, segundo Luana, um dos maiores desafios às mulheres negras. “É preciso lutar para que esse acesso seja universalizado e para que a mulher negra ocupe todos os lugares e não os que foram determinados para ela ocupar”, diz. “Assim, as meninas negras crescerão se enxergando como potenciais.”

Seriam necessários 150 anos para que oportunidades entre pessoas negras e não negras se equiparassem  
Instituto Identidades do Brasil

O caminho, porém, não é fácil. Um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), divulgado em outro desse ano, apontou que **mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos**. Além disso, entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017, mulheres negras representaram a fatia com maior aumento absoluto na taxa de desemprego, uma variação de 8,8 pontos percentuais.

**Leia mais: [Homens brancos ganham 63% a mais que mulheres negras](#)**

“Na hora de entregar o currículo, muitas mulheres relatam que se o perfil do cargo requer muita exposição, as candidatas negras são rejeitadas”, afirma Luana. Um levantamento do Instituto Identidades do Brasil afirma que seriam necessários 150 anos para que oportunidades entre pessoas negras e não negras se equipararem.

### **Espaços públicos e alvo da violência**



*Anielle Silva: “no começo ela tinha dificuldade para aceitar o cabelo” (Anielle Silva/Arquivo Pessoal)*

Ao mesmo tempo em que aumentou o número de assassinatos de mulheres negras nos últimos anos no país, como ocorreu com Marielle Franco, aumentaram também manifestações, denúncias e mobilizações em torno dos direitos das mulheres negras. Segundo Luana, o empoderamento da mulher negra se deu, principalmente, por meio da ampliação de políticas públicas colocadas em práticas.

Muitas delas, como as cotas, são consideradas por especialistas como exemplos positivos na diminuição da desigualdade estrutural e outras ainda não saíram do papel. “Ainda não vemos disciplinas que coloquem o estudo da África como um continente múltiplo em saberes”. Nesta terça-feira (19), dia da Consciência Negra, o Instituto lançará uma campanha para abordar a diferença entre salários para profissionais negros e não negros.

“Estamos sempre tendo de lutar e provar nessa existência”

Anielle Silva, irmã de Marielle Franco

Ainda assim, muito ainda precisa ser feito. Segundo Anielle Franco, mulheres negras saem muito cedo de casa e voltam muito tarde. Isso, explica, as coloca na linha de frente da violência. “Estamos sempre tendo de lutar e provar nessa existência”, diz. Ela conta que Marielle, quando começou a trabalhar nos espaços públicos de poder tinha dificuldades em aceitar algumas características. “Ela ficava incomodada com o cabelo, colocada uma faixa para disfarçar, só depois foi aceitando melhor. Percebo que muitas pessoas começaram a se aceitar como são.”

Hoje, Anielle acredita que as pessoas, sobretudo, as mulheres negras estão falando mais e ocupando espaços onde antes eram rejeitadas. “Depois da tese da minha irmã que falava sobre ser mãe solo, muitas mulheres foram procurá-la para compartilhar essas experiências”, diz. “Na própria política, a morte dela acentuou o desejo de participação de uma forma bastante visível.”

Velado e escancarado ao mesmo tempo no país, o racismo ainda é uma prática recorrente. Mas, à medida que as pessoas conseguem questionar a lógica racial dos espaços públicos, explica Luana, é possível falar em alguma mudança. “Ainda é muito difícil, mas diversas mulheres negras têm conseguido reivindicar seus direitos de uma forma mais ampla.”

*Por Fabíola Perez, R7*